

RECURSO ESPECIAL Nº 1.808.142 - RS (2019/0098672-2)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - RS095750A
SERVIO TULIO DE BARCELOS - RS095803A
RECORRIDO : CELESTE JAURIS DA COSTA FLORES
ADVOGADO : JOSIANE MALLET BALBE - RS0040048

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA COLETIVA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. VIOLAÇÃO DE AUTORIDADE DE DECISÃO LIMINAR EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. VIA PROCESSUAL INADEQUADA. ACÓRDÃO QUE INTERPRETA DECISÃO LIMINAR. RECURSO ESPECIAL. DESCABIMENTO. SÚMULA 735/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. Ação: execução provisória de sentença coletiva.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
3. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
4. O recurso especial não é a via adequada para o exame de suposta violação à autoridade de decisão liminar proferida por Ministro do STJ em sede de embargos de divergência.
5. Não cabe recurso especial contra acórdão que interpreta decisão liminar do STJ. Aplicação, por analogia, do disposto na Súmula 735/STF.
6. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
7. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL SA, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Ação: execução provisória de sentença coletiva, requerida por

CELESTE JAURIS DA COSTA FLORES, em face do recorrente, na qual pleiteia o recebimento de diferença de correção monetária em cédula de crédito rural, consoante reconhecido na Ação Civil Pública nº 94.0008514-1, ajuizada pelo Ministério Público Federal em desfavor do ora recorrente e também da UNIÃO e do BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN.

Decisão interlocutória: indeferiu o pedido de suspensão do processo, formulado pelo recorrente.

Acórdão: negou provimento ao agravo de instrumento interposto pelo recorrente, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. SUSPENSÃO DO FEITO.

Considerando que o presente cumprimento de sentença foi apresentado exclusivamente contra a instituição financeira, não há falar na suspensão determinada nos Embargos de Divergência opostos pela União. Precedente desta Corte.

NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. UNÂNIME. (e-STJ Fl. 308)

Embargos de declaração: interpostos pelo recorrente, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 404, 405 e 884 do CC/02; 1.063 do CC/16; 4º, IV e IX, 17 e 18 da Lei nº 4.595/61, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta que o cumprimento provisório da sentença coletiva deve ser suspenso integralmente, ante a concessão de efeito suspensivo ao ERESP nº 1.319.232/DF. Afirmar ser aplicável apenas a correção monetária à espécie, eis que inexistente norma que autorize à parte postular a repetição do indébito contratual com os mesmos encargos pactuados no título, tampouco que permita a incidência de juros remuneratórios em se tratando de repetição. Aduz ser vedada a cumulação de juros remuneratórios e moratórios. Assevera ser lícita a cobrança de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano.

Relatado o processo, decide-se.

- Julgamento: CPC/15

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 404, 405 e 884 do CC/02; 1.063 do CC/16; 4º, IV e IX, 17 e 18 da Lei nº 4.595/61, indicados como violados, apesar da interposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na espécie, a Súmula 211/STJ.

- Da existência de fundamento não impugnado

O recorrente não impugnou o fundamento utilizado pelo TJ/RS de que *"a decisão acima nominada abrange a legalidade da correção monetária e juros de mora incidentes sobre as condenações impostas à União. Não sendo esse o caso dos autos, pois se trata de cumprimento de sentença apresentado exclusivamente em face do Banco do Brasil S/A, não há falar em suspensão"* (e-STJ Fl. 309). Como esse fundamento não foi impugnado, deve-se manter o acórdão recorrido. Aplica-se, na espécie, a Súmula 283/STF.

- Do pedido de suspensão do cumprimento provisório de sentença coletiva

Em relação à suspensão da demanda, o recurso especial interposto é inadmissível, haja vista que eventual violação à autoridade da decisão liminar prolatada pelo então Min. Relator dos embargos de divergência deve ser desafiada mediante reclamação, na forma do art. 988, II, do CPC/2015.

Além disso, conforme definido pela c. Terceira Turma no julgamento do REsp 1.723.516/RS (DJe de 19/04/2018), é incabível a interposição de recurso especial contra acórdão que interpretou essa decisão liminar nos embargos de divergência n. 1.319.232/DF, haja vista o seu caráter precário e transitório. Tem

aplicação na hipótese, por analogia, o disposto na Súmula 735/STF.

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, pois não fixados na origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora